

HISTÓRIA E MEMÓRIA NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ: FONTES E ARQUIVOS

João Carlos da Silva

RESUMO

Pesquisa de pós-doutoramento em andamento discute a história da educação na Região Oeste do Paraná, examinando a importância dos arquivos na preservação do patrimônio documental. Analisar o passado, preenche dos acontecimentos humanos, talvez seja a principal função social do historiador. O objeto em tela aponta a necessidade do debate historiográfico acerca dessa temática face às dificuldades de acesso e relevância das fontes documentais. Conforme Le Goff (1994) e Saviani (2004), os arquivos e as fontes permitem encontrar e reconhecer o processo de construção coletiva sobre a História da Educação. A qualidade do conhecimento histórico depende da relação do pesquisador com as fontes e do entrelaçamento dos aspectos teóricos envolvidos. Pretendemos com este artigo calcado em estudo bibliográfico e pontuar alguns elementos históricos acerca da constituição da escolarização em Cascavel. O ofício do historiador da educação consiste em fazer suas fontes falarem sobre os homens e sobre a sociedade que as produziu. Uma relação mais sólida com as fontes é possível, quando ele não precisar gastar boa parte do tempo de pesquisa para localizá-las nos arquivos.

Palavras-chave: História da educação. Memória. Oeste do Paraná.

INTRODUÇÃO

No Brasil a questão da memória vem se colocando como um foco importante nos estudos contemporâneos no campo da história da educação. Nos últimos anos, os desenvolvimentos da cibernética e da biologia trouxeram importantes contribuições em relação à noção de memória humana. A neurociência vem desvendando os labirintos da memória.

O estudo da memória abarca a psicologia, a neurofisiologia, até mesmo a psiquiatria quanto às perturbações da memória. A memória tem um papel considerável no mundo social, umas das formas elementares da historiografia. Podemos falar da expansão da memória. O desenvolvimento da memória artificial e eletrônica, no século XXI, constitui uma inovação neste campo.

Do ponto de vista da neurociência, a memória é uma das funções do sistema nervoso, resultado da comunicação entre as células, permitindo a ligação de receptores na membrana da célula, que estimulada, produz o desencadeamento de um conjunto de reações químicas. Nossa história em vida é nutrida por experiências, desde a infância que não esquecemos, deixando marcas definitivas como uma visita às Cataratas do Iguaçu ou ao litoral brasileiro. O conjunto destas reminiscências molda aquilo que se denominamos personalidade ou forma de ser. Nesta esteira, vivemos tempos de obsessão pelos documentos, pelos arquivos e monumentos. Produzir arquivo tem sido o imperativo na contemporaneidade. Não existe uma história-memória, mas uma memória que foi solapada pela história, isto é, oculta pelos acontecimentos.

Pierre Nora (1993) estaria certo, ao sentenciar que a massificação e a midiaticização produziram a mutilação da memória? Falamos tanto da memória, porque ela já não existe mais? Estaríamos reivindicando uma memória que nos foi roubada? Estaríamos falando então de uma alienação da memória? Reivindicamos seu lugar, pois não nos habita mais? Uma discussão sobre a memória coloca em jogo estas interrogações.

A literatura, especialmente no romantismo, em verso e prosa, valorizou a força da memória, com imbricações entre a vida privada e pública de seus personagens. O *Ateneu*, de Raul Pompeia, escrita em 1888, é uma obra memorialista, em que seu narrador, Sérgio, apresenta suas memórias de infância e adolescência num colégio interno chamado Ateneu. Em *Itinerário de Pasárgada* (1954) de Manuel Bandeira e *O tempo e o vento*, de Erico Veríssimo de 1949 também revelam-se recordações pessoais. Em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, (1881), de Machado de Assis, *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, (1852) e *Memórias do cárcere*, (1953) de Graciliano Ramos, ilustram-se este panorama.

Sem dúvida que qualquer estudo sobre a história não pode ser uma operação ingênua, esvaziada de criticidade. Explicar o passado, prenhe dos acontecimentos humanos, em função do presente, talvez seja essa a principal função social do pesquisador. Mediante suas fontes, o desafio do historiador consiste a rigor dar significado às atitudes, valores, intenções e convenções que fazem parte das ações humanas. O desafio do trabalho do historiador da educação consistirá num esforço constante em fazer suas fontes falarem sobre

os homens, sobre a sociedade que as produziu.

Este artigo está organizado em dois momentos. No primeiro, apresentamos alguns apontamentos acerca da relação entre História-Memória como *locus* de reconstrução da história da educação. No segundo momento, a luz desta discussão, pontuamos alguns elementos históricos acerca dos arquivos e fontes no contexto da escolarização no Oeste do Paraná.

A HISTÓRIA-MEMÓRIA

O alargamento do termo *documento* foi uma etapa importante da *revolução documental* que se produziu a partir dos anos 60. Se até então o princípio era o documento, agora o princípio torna-se o problema, diante do acervo a sua frente. Novos arquivos são instituídos e a memória coletiva valorizada, tornando-se verdadeiro patrimônio cultural. Os monumentos estão carregados de ecos do passado.

A palavra história é antiga, remonta à Antiguidade. Quando conhecida, foi reduzida a um lugar secundário, como se estivesse atrapalhando interesses hegemônicos em jogo. Na boca do comtianos e sociólogos era disciplina com pouca potência, sem crédito, no máximo estudavam-se os fatos humanos, sem nenhum nexos com o passado ou suas origens. Procurando ser preciso nas palavras e no vocabulário, Bloch (2001) afirma que a história não é a ciência que estuda o passado, mas é a ciência das sociedades humanas. Sendo mais rigoroso, história é a ciências das sociedades humanas no tempo, marcado por um passado diverso, cheio de nuances. Seu objeto são os homens, é a este que a história deve capturar.

Le Goff (1994) em *História e Memória*, nos alerta que documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, mas é produzido pelas forças que detêm o poder na sociedade. Os elementos que propiciam a produção a respeito da história-memória podem contribuir significativamente com uma pesquisa, quando os mesmos são utilizados como meio de explicação de um fenômeno para além de sua aparência, sendo interrogados e argumentados no presente, articulados ao momento em que foram produzidos.

O campo da historiografia educacional brasileira tem tido um impulso significativo nas últimas décadas com pesquisas abordando vários temas. Esta diversidade encontra apoio teórico na "Nova História", produzida na França como alternativa à história

"historicizante", positivista, que prioriza a história política e o culto aos heróis. A "Escola dos *Annales*" trouxe contribuições significativas na produção historiográfica, influenciando os pesquisadores na investigação de novas temáticas.

Febre e Bloch foram fundadores, em 1929, da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, a qual tinha o objetivo de problematizar a história em diversos campos sociais, passando a enfatizar temas presentes no cotidiano, dentre eles o amor, a morte, a família, a criança, as bruxas, os loucos, a mulher, os homossexuais, etc., causando um importante impacto nos objetos de investigação histórica.

Para Burke (1992), a "Nova História" proporcionou uma renovação nos estudos da história, partindo de uma crítica ao modelo historiográfico tradicional, posicionando-se em favor da expansão da variedade de novas abordagens, antes consideradas pouco nobres. Isso trouxe para a área de pesquisa em história da educação uma ampliação de fontes e objetos de investigação dando aos pesquisadores maior liberdade de ação.

Neste prisma, nos últimos anos a pesquisa histórica conheceu um avanço importante na renovação, mediante o enriquecimento das técnicas, dos métodos e dos horizontes da operação historiográfica e dos domínios da escrita. Por outro lado, o aumento do saber sobre a história na contemporaneidade trouxe também seu contraditório, isto é, uma crise marcada por novos desafios, caracterizada pela expansão da historiografia. Fala-se hoje de uma história visual ou história virtual. Sem dúvidas que nas últimas duas décadas temos assistido um enriquecimento da escrita da história, permeadas por práticas interdisciplinares, novos interesses de estudos e novos objetos. A história não só deve permitir compreender o "presente pelo passado" – atitude tradicional – mas também compreender o "passado pelo presente".

Novos documentos são armazenados, exigindo a organização de bancos de dados e com eles uma nova erudição acerca da pesquisa historiográfica. Le Goff (1994) nos alerta que não devemos nos contentar com esta revolução documental, mas devemos avançar para uma crítica radical sobre a documentação levantada e catalogada.

Marc Bloch *Apologia, à história, ou o ofício do historiador*, obra inacabada, mas provocativa, sai em defesa da história e do historiador

como profissional, valorizando a memória como uma das matérias primas da história. Para ele, o historiador deve ser faminto, um devorador de história, dialogar com a sociologia, mas sem confundir com esta. Os estudos exploratórios e dialéticos têm revelado grande potencial criativo de pesquisa, fazendo emergir propostas inovadoras no campo da história da educação. Dessa forma, a historiografia surge como sequência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões.

Estas atualizações também afetam o vocabulário do historiador, introduzindo-lhe anacronismos conceituais e verbais, que falseiam a qualidade do seu trabalho. Em primeiro lugar, porque há pelo menos duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica. O desejável é que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e pelos *mass media*, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros. Como nos alerta Le Goff (1994), todo o documento é um monumento ou um texto, e nunca é "puro", isto é, puramente objetivo.

O trabalho do historiador se exerce a partir da combinação de ação individual e em equipe. Seguindo a máxima de Marc Bloch, de fato os documentos somente falam quando sabemos interrogá-los, aí estará o sucesso ou o revés ao se trabalhar com a massa documental. Os *Annales* produziram uma renovação nos estudos, ao fincar a história problema a partir do estudo interdisciplinar. Bloch (2001) se arrisca a responder como e porque o historiador exerce seu ofício, afirmando que deve ser uma atividade de entretenimento sem a qual não vê o para que escolher este desafio. Todavia, considera que a história é uma das mais difíceis das ciências, por isso que é imprescindível o historiador se profissionalizar.

Estudar a história é se deslumbrar diante do espetáculo da vida humana, neste sentido todo exercício intelectual consiste em uma obra de arte. Antes de julgar a história, precisamos compreendê-la, em suas crenças, as suas crises políticas, economia e estrutura de classes.

Para Bloch (2001), o historiador deve ser o farejador de carne humana. Onde estiver o homem ali deve se fazer presente o historiador, em busca de sua presa, logo, uma história a ser desvelada. Quem não se propor a isso não passará de um balbuciator, um

especulador da história. A presença humana se faz em todo lugar, tudo que o homem cria, produz, escreve, registra, tudo que ele fabrica são testemunho histórico. Assim é adequado no estudo dos problemas humanos levantar e manejar diversidades de vestígios e testemunhos históricos. Eis o principal desafio do historiador.

Ao reivindicar a tarefa de estudar a história um profissional, o faz na perspectiva de que a história humana está marcada por acontecimentos muito delicados, que fogem a qualquer tentativa de improvisações. A rigor um acontecimento nunca é bem compreendido se não estudar as senões se estudar as múltiplas causas que o originaram. Neste empreendimento, isto é, na operação historiográfica é recomendável que esteja presente o estudo das origens. Mas para iniciar a formulação de um problema, urge observar o panorama dos acontecimentos do momento.

Bloch (2001) colocando-se contrário ao modelo comtiano, reivindica a abertura e acesso irrestrito aos arquivos considerados sagrados como, por exemplo, das igrejas que certamente guardam verdadeiras relíquias acerca dos acontecimentos humanos. Nesta tarefa, os *Annales* e suas críticas à história descritiva teve uma papel fundamental ao valorizar o acesso aos acervos públicos e privados a contra a privação dos historiadores aos registros, prenhe de acontecimentos humanos. Este foi um importante avanço no contexto da história da educação ao tornar a história um grande arquivo a ser explorado como fonte inesgotável de possibilidades.

Nunca devemos aceitar cegamente todos os testemunhos ou vestígios históricos. Assim como jamais devemos dar crédito a qualquer notícia de jornal ou de TV. Precisamos ficar alertas contra os embustes, as falsificações, os plágios, a fraude, as imitações, com a manipulação dos fatos, as mentiras, classificações e periodizações aleatórias, falsos testemunhos, deformações, os impostores, pois as falsificações podem dizer a verdade e ela perdurar por séculos. A mentira em certos seres humanos torna-se um ato gratuito.

Uma ciência que constatasse tudo aquilo que já se previa é pouco proveitosa e divertida. Assim a dúvida e a probabilidade sempre devem ser instrumentos para se atingir o conhecimento. A rigor a história deve ser a ciência que deve decompor o real. Considerando que a pobreza de inventividade assola a maioria dos homens, o desafio é criar e abrir novas possibilidades de pesquisa, por caminhos ainda não percorridos.

Na análise histórica, Bloch considera que o historiador estará sujeito a três possibilidades: o historiador como imparcialidade, como tentativa de reprodução ou tentativa de análise. Mas todo historiador nunca está alheio às paixões. Talvez lhe reste apenas a terceira. O risco, que corremos é cada um ficar com seu pedaço sem observar a obra de arte inteira. Os problemas humanos constituem o objeto que deve ser estudado pela história.

Nossa memória coletiva, isto é, conservará certamente a sociedade em que vivemos como aquela centrada no lucro, no consumismo. A rigor, Bloch (2001) está em embate com os antigos manuais eivados de abordagens positivistas e idealistas, com interpretações lineares, afirmações simplificadoras, acomodadas em relatos superficiais e petrificados pela história. Ele então sentencia: "a história, não esqueçamos, ainda é uma ciência em obras".

Le Goff (1994) em *História e Memória*, considera que a historiografia vem atingindo um alto grau de desenvolvimento. A escrita da história nasceu na Antiguidade como relato, em Heródoto e Tucídides, ou seja, a história "daquilo que vi", está aí a história testemunhada ou história-relato. Dava-se início à produção de documentos escritos e à sua guarda em arquivos ou bibliotecas. Desde o século passado, assistimos às duras críticas a este tipo de história, baseada numa visão cristã, positivista e idealista dos acontecimentos, mediante a afirmação de uma história explicativa, crítica ou analítica, que busque as causas. A noção de documento também sofreu sua depuração pela reflexão histórica, como material bruto, objetivo. A tomada de consciência do historiador acerca da não neutralidade do documento histórico talvez tenha sido um das principais transformações produzidas.

A rigor, a interpretação do mundo trás em seu bojo o desejo de mudá-lo, afinal a história também é, em última instância, uma prática social. Não se deve privilegiar uma realidade sobre outra, não devendo conferir exclusividade ao motor da história. Uma explicação eficaz da história deve por em confronto todas as realidades que cortam a história. Sem dúvida que o ideológico, o político e o econômico devem ser colocados em confronto permanente, pois a história deve ser uma história social. Diferente da historiografia tradicional, que expressava uma visão reacionária, valorizava o passado como algo decadente e superado pelo presente, o interesse pelo passado está em esclarecer o presente. A aproximação da história com outras ciências sociais

como a antropologia e a arqueologia, trouxe um alargamento dos objetos de estudo, métodos, problemas e questionamentos.

Le Goff reconhece que falar de história não é tarefa das mais fáceis. Começando pelo seu sentido etimológico. A palavra história, do grego antigo, *historie* aquele que procura que vê, que testemunha. Assim a história tem suas origens na narração, na descrição, podendo ser verdadeira ou falsa, podendo ser uma realidade ou uma fábula, uma *history* ou *story*. O italiano atribui o conjunto desta produção como historiografia.

É preciso estar atento às denominações grosseiras e mistificadoras sobre o sentido da história. Nos últimos anos enriqueceu suas técnicas seu campo de domínio, passou por uma renovação, humanizou-e enquanto ciência, pois passou a falar mais da sociedade humana e menos dos heróis, ou seja, tornou-se uma história social. Paradoxalmente, sua complexidade aumenta quanto mais seu poder aumenta. Dar sentido ao passado em função do presente, eis aí a função social da história. A historiografia assim tem a função de fazer novas leituras, corrigir falhas, fazer revisões e atualizações, esclarecer a memória, isto é, está dizendo que a história produzida pelo autor está mal escrita, que é preciso rever o que foi feito.

Le Goff (1994), ao falar sobre o ofício do fazer a história, considera que a obra do historiador é uma forma de atividade simultaneamente poética, científica e filosófica. (29) Alguns historiadores contemporâneas, consideram o ofício de fazer a história como uma arte, um gênero literário. Deve conservar um discurso, não qualquer discurso, mas um bom discurso, erudito, em trabalho intelectual de muita imaginação, capaz de dar vida àquilo que aparenta estar morto nos documentos. A rigor, o passado e a memória são os objetos da história, sendo esta um nível básico de elaboração histórica (p. 40).

DESENVOLVIMENTO E ESCOLARIZAÇÃO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

O Oeste paranaense, ocupado efetivamente entre os anos de 1940 e 1970, foi marcado direta e imediatamente pelo impacto provocado pelas transformações sociais, científicas e tecnológicas que estavam ocorrendo no país naquele momento. Entretanto, antes de ocorrer a colonização propriamente dita, a região era ocupada

por índios, principalmente da tribo dos guaranis que, perseguidos pelos bandeirantes, tiveram que fugir para a Região dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, para o Uruguai e Paraguai (EMER, 1991). Assim como nas demais regiões do Brasil, a primeira preocupação dos colonizadores era com a posse da terra. Tentativas de colonização provocaram a perseguição, escravização e morte de muitos povos nativos, bem como a destruição predatória do meio ambiente. Inicialmente a economia era baseada no extrativismo vegetal, principalmente da erva mate.

A ocupação efetiva, da mesma forma que as condições de desenvolvimento, assumiram características específicas. A ocupação efetiva do Oeste do Paraná foi realizada por colonos vindos do Sudoeste do Paraná e, mais tarde, por colonos italianos e alemães procedentes do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina.

O processo de urbanização do município de Cascavel ocorreu simultaneamente às mudanças que se desencadearam no panorama histórico nacional, mais precisamente a partir da década de 50 até os anos 70, instante em que o país passou por um processo de mecanização agrícola e implantação de indústrias, substituindo gradativamente a agricultura manual. Este período caracterizou-se pelo modelo nacional-desenvolvimentista, baseado na industrialização.

Cascavel inicialmente pertencia ao Distrito de Foz do Iguaçu, emancipou-se somente em 14 de dezembro de 1952. Devido à sua localização geográfica, sempre foi muito bem vista pelos colonos pioneiros que visitavam frequentemente a região, pois queriam torná-la um pólo-regional, visando à exploração de suas terras, no espaço urbano disputado constantemente para a instalação de indústrias (EMER, 1991).

No auge do desenvolvimento industrial é que o município de Cascavel crescia economicamente, com a produção de suínos, soja, café e madeira, principalmente, e tal processo tendia a vigorar nas próximas décadas. Aos poucos a ocupação urbana se configurou, instalando-se os latifundiários, que modernizaram o cultivo da terra, utilizando ferramentas sofisticadas, para atender às exigências do mercado, prejudicando os colonos que trabalhavam com a terra, para obter o sustento, aumentando o contingente de imigrantes, e expandindo a população de maneira acelerada.

No cenário do regime militar, muitas tensões ocasionadas em âmbito nacional atingiram cascavelenses que tiveram relação com o populismo de Vargas, os quais sofreram perseguições pelo golpe de 64. Neste contexto, Cascavel ainda enfrentou um processo eleitoral, com vitória de Odilon Damaso Correa Reinhardt. Um ano depois, o município considerado pólo, apresentava infraestrutura limitada, com poucos hospitais e saneamento básico e asfaltamento, em condições ainda precárias (EMER, 1991).

Diante de manifestações de professores e movimentos estudantis, pela reivindicação de uma instituição de ensino superior, em 69 foi aprovada a criação da primeira faculdade, que seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel, a qual porém, só foi efetivamente implantada em 1972, pela persistência de estudantes e professores. Também neste mesmo ano, criou-se a AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná), uma instituição que visava agrupar os municípios dos arredores e potencializar a economia da região (EMER, 1991). Em 1972 ocorreu a implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel, pela persistência de estudantes e professores.

Foi no ano de 1969 que a mecanização desenfreou-se no território cascavelense, devido às influências de um modelo econômico internacional transplantado para o país. Esse fator foi utilizado como instrumento para reacender a vida política e financeira do Brasil, que enfrentava problemas de ordem econômica e social, e os agricultores foram incentivados a preparar a terra com o emprego de técnicas modernizadoras, para satisfazer o mercado mundial.

Na década de 70, o ciclo madeireiro já se esgotava pela extração de inúmeras árvores nativas. As indústrias eram mais de mil, a produção de suínos expandia e a população atingia a estatística de quase 90.000 residentes. Nessa época, foi implantado o sistema cooperativista, em que agricultores das regiões oeste e sudoeste do Paraná, buscavam soluções para a grande produção de soja e a sua venda a preços baixos, ausência de infraestrutura, como local para armazenamento da produção e transporte da mesma.

Em 1973, a soja era o principal produto exportado. No ano seguinte, o município cascavelense possuía mais de 500 indústrias, de diferentes atividades profissionais e sua população era jovem, com a maior parte da faixa etária inferior a 30 anos. Em 1976, estabeleceu-se o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da

Agricultura, como reconhecimento da localização prestigiada que o município ocupava e pelas terras férteis que tinha. Com a exaustão da madeira, outros perfis de trabalhadores começaram a habitar a cidade, como profissionais especializados na mecanização da agricultura e construção, por causa da edificação de uma usina que ocorreria e por que a arte de cultivar a terra se alargava. Assim, percebe-se que o processo de urbanização cascavelense ocorreu paralelamente aos fatos históricos nacional e mundialmente, e que o município foi se incorporando como um espaço urbanizado pela vinda de imigrantes e migrantes à região, que exploraram suas terras e modernizaram a agricultura. (EMER, 1991)

Na Região Oeste, favorecido por sua posição geográfica e econômica, Cascavel impõe-se politicamente sobre os demais municípios. Segundo o IBGE (2016), atualmente, sua população é estimada em 286.205 habitantes. À medida que foi aumentando a produção, cresceu a população e a economia se inseriu no contexto nacional e trouxe junto o êxodo rural. Assim, de uma região eminentemente rural no passado, a partir dos anos 80 com os processos de desenvolvimento e com a inserção da tecnologia no campo, hoje predomina a urbanização, trazendo junto novos desafios. Neste contexto, a escola constituiu-se uma das primeiras e principais preocupações e a educação tem se constituído num importante fator de lutas e mobilizações sociais.

Conforme Emer (1991), a escolarização na Região Oeste do Paraná, passou por quatro fases a saber: escolarização particular domiciliar, casa escolar particular, casa escolar pública e grupo escolar. No início da década de 30, Cascavel tinha a escolarização no modo de Casa Escolar Particular, a qual era desenvolvida em uma capela construída e financiada pelos moradores. Ao fim desta mesma década, já dispunha do modo de instrução realizado pela Casa Escolar Pública, e em 1947, possuía a escolarização nos moldes de Grupo Escolar.

A criação das primeiras escolas públicas em Cascavel representou a concretização no Oeste do Paraná do projeto de educação nacional, com suas características próprias de uma cidade e região com predominância de imigrantes de diferentes nacionalidades.

A partir dos anos 70, a região de Cascavel, acompanhando o processo crescente de modernização e urbanização das cidades, teve o processo de implantação das indústrias. Com isso, o ensino

elementar passou a ganhar importância neste contexto de progresso e desenvolvimento econômico, visto que a oferta de trabalho e escolarização atraiu a vinda de pessoas de diferentes regiões para o município.

A proposta de reconstrução histórica das Instituições Escolares defronta-se com dois problemas presentes nas investigações da História das Instituições Escolares, que são: o trabalho de levantamento e catalogação de fontes diante das precárias condições de armazenamento e manutenção pelas escolas públicas e o trabalho de articulação dos diversos tipos de fontes, de modo a não deixar escapar as características e o significado do fenômeno investigado (SAVIANI, 2004).

O processo de recuperação das fontes das Instituições Escolares e de escrita da história destas Instituições amplia as possibilidades de compreensão da própria História da Educação, na medida em que elas se relacionam com o todo, e não é uma mera subdivisão da educação. A reconstrução histórica depende essencialmente das fontes, que são o ponto de origem, a base e o ponto de apoio para a produção historiográfica.

A preservação das fontes das Instituições Escolares ganha significado na medida em que traz a expressão de sujeitos ou grupos sociais específicos, que representam um contexto histórico determinado, sendo relevantes para compreensão da História da Educação de uma sociedade. No entanto, temos verificado em pesquisas anteriores, que a situação de manutenção das fontes pelas escolas públicas não é muito diferente da maioria dos acervos de Instituições Escolares do restante do país, com documentação dispersa, sem qualquer acondicionamento, deteriorando-se e sendo perdida. As Instituições Escolares, salvo pouquíssimas exceções, não têm a cultura que leve a uma prática contínua de preservação de fontes. Encontramos com frequência a existência do arquivo morto como um amontoado de papéis, caixas velhas, instalados em cubículos, porões ou banheiros quebrados, onde a poeira, a umidade e as traças se encarregam de executar a deterioração do material.

Diante desta realidade vimos a necessidade de concentrar esforços no sentido da pesquisa histórica regional e que se realize a recuperação das fontes, bem como, se consiga o envolvimento das escolas na preservação da memória institucional da Escola Pública.

Desta forma, o nosso empenho é de criar as condições objetivas para a preservação das fontes das Instituições Escolares selecionadas para esta pesquisa, que possibilitem ao historiador buscar a explicitação da singularidade e da identidade histórica das Instituições Escolares.

As fontes representam um vínculo simultâneo entre o passado, o presente e o futuro, na medida em que quando são produzidas em determinado período histórico, resultam no presente as marcas de seu registro e assim ao tempo em que são interrogadas pelos sujeitos na atualidade, propiciam diferentes inferências sobre o conhecimento que apresentam, e desse modo reconstroem-se a partir da análise realizada por quem se esforça em entendê-las nas suas múltiplas faces. Elas também contribuem com a posteridade, ou seja, com os fatos futuros, porque possibilitam o desenvolvimento de outros trabalhos, visto que, quanto mais fontes forem selecionadas, organizadas e arquivadas, mais oportunidades de compreensão das transformações históricas serão oferecidas aos pesquisadores que se propõem a reconstruir a história das instituições escolares.

Para Lombardi (2004), as fontes precisam da ação do homem para que sejam produzidas, registradas e analisadas, e é imprescindível que o historiador delimite o seu objeto de estudo e busque fontes que contribuam para reconstruí-lo no plano do pensamento. Se necessário, deve também recorrer a diferentes tipos de fontes, como: testemunhos orais, documentos escritos, produções iconográficas, audiovisuais e eletrônicas encontradas na internet. É preciso pensar numa dimensão de ampliação e utilização de documento, não descartando que a diversificação pode trazer elementos significativos à compreensão das relações do homem com outros homens e com o meio em que vive.

Existem diferentes tipos de fontes que podem ser utilizadas pelo pesquisador. Além da arquitetura da instituição, os documentos oficiais, como: leis, decretos, pareceres, testemunhos escritos, ata de fundação, relatórios, fotos, jornais impressos e materiais da internet. Conforme já afirmamos, os relatos orais podem também ser considerados fontes de tal valor, quando direcionados pelo pesquisador.

Segundo Werle (2004), a história das instituições escolares possibilita falar sobre monumentos, monumentos/documentos, relatos orais e memórias, relacionando-se os termos uns com os outros. Explica que os monumentos são prédios estruturados

vinculados à base material das instituições e que estes também são documentos. A escola é tomada como monumento, a partir das relações de poder que marcaram esta instituição e que por meio da memória são possíveis de reconstrução, estando ainda em funcionamento ou não existindo mais.

Assim, a base material da escola pode ser pensada tanto como o espaço físico (estrutura arquitetônica), como a organização de uma determinada proposta pedagógica, que direciona a instituição escolar. Desse modo, mudanças na base material, podem causar transformações nos modos de interação entre os agentes da instituição escolar (alunos, professores, pais). Uma nova forma de disposição do espaço pode ser ponderada como desrespeito pelos sujeitos que já viveram na instituição, em que as lembranças e memórias da sua história foram suprimidas pelo espaço modificado no presente, causando-lhes sensação de destruição da instituição, pelas mudanças ocasionadas.

Desta maneira, a ausência de preservação da memória institucional é percebida individualmente como manifestações imprudentes, entretanto para outros é contemplada como inovação, pois vêem a renovação como uma expressão do aperfeiçoamento e crescimento da instituição, já que as reformas na modernidade são incentivadas entre as escolas, como significado de progresso. Ademais, é ainda preciso dizer que a memória da instituição escolar por meio de sua estrutura material, se preservada adequadamente, pode constituir-se como um documento e fonte para a história das instituições escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apontadas, percebemos o quanto é importante a preservação das fontes, necessária à pesquisa referente à história das instituições escolares, pois a partir da valorização da memória. Neste sentido, podemos compreender melhor por que a escola se materializa de tal forma no presente, quais os determinantes que a fizeram se constituir-se enquanto um projeto de sociedade.

Por esta razão, reafirmamos a necessidade de continuar pesquisando os arquivos que possam contribuir para a produção historiográfica sobre a História da Educação Brasileira, neste caso, no município de Cascavel, mas que estabeleceu relações em nível regional e nacional, fazendo assim uma intersecção simultânea entre

o singular e o universal, na tentativa de compreender o objeto em uma dimensão de totalidade dos fatos históricos.

Explicar o passado, preenche dos acontecimentos humanos, em função do presente, talvez seja essa a principal função social da história. Mediante suas fontes, o desafio do historiador consiste a rigor dar significado às atitudes, valores, intenções e convenções que fazem parte das ações humanas. O desafios do trabalho do historiador da educação consistirá num esforço constante para fazer suas fontes falarem sobre os homens, sobre a sociedades que as produziu. A rigor, cada um de nós, como historiador da educação, para além de não esquecer, temos que explicar o passado, por mais que seja dolorido.

Questionar as estruturas do poder de uma sociedade, setores que orientavam para onde a história devia caminhar, ou seja, o poder sobre a memória futura, tudo deve ser desmontado pelo historiador. Como sabemos, não existe documento inocente, cabendo ao historiador a capacidade de discernir o que é "falso", e o que é "verdadeiro" desmistificando e verificando sua credibilidade. A rigor, passam a ser fontes históricas somente após as fontes serem transformados em confissão de verdade.

A qualidade do conhecimento histórico depende da relação dos historiadores com as fontes. E uma relação mais sólida com as fontes, só vai ser possível, quando historiador não precisar gastar boa parte do tempo de pesquisa para localizá-las nos arquivos. Desta forma, o desafio consiste em criar as condições objetivas para a preservação das fontes das Instituições Escolares selecionada, que possibilitem ao historiador buscar a explicitação da singularidade e da identidade histórica das Instituições Escolares.

HISTORY AND MEMORY IN THE REGION OF WEST PARANÁ: SOURCES AND ARCHIVES

ABSTRACT

Post-doctoral research in progress, discusses the history of education in Western Paraná, examining the importance of archives in preserving documentary heritage. Analyze the past, pregnant of human events, it may be the main histórian of social function. The screen object points to the need of the historiographical debate on this theme in view of the difficulties in accessing the relevance of documentary sources. As Le Goff (1994) and Saviani (2004), files and fonts enable you to find and recognize the

process of collective construction on the History of Education. The quality of historical knowledge depends on the researcher's relationship with the sources and the relation of theoretical aspects involved. We intend with this article trampled on bibliographical study and survey on school records, point out some historical elements about the establishment of the school in Cascavel. The education historian's craft is to make your sources talk about the men and the society that produced them. A stronger relationship with sources is possible when he needs not spend much of the search time to locate them in the archives.

Keywords: History of education. Memory. Paraná West.

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. Apologia a história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410480>. Acesso: 13 março 2016.

BURKE, Peter. A escrita da história. Lisboa: Difel, 1992.

EMER, Ivo Oss. Desenvolvimento do Oeste do Paraná e a construção da escola. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1991. 327 p.

LE GOFF, Jacques. "Memória" In: História e Memória. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura de (orgs.). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004.

NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares", In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

SAVIANI, D. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. In. LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

WERLE, Flavia O. C. História das instituições escolares: de que se fala? In. LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). Fontes, história e historiografia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

Aprovado em dezembro de 2015

Publicado em abril de 2016